

SÉRIE TEXTOS DE DISCUSSÃO CEAG/UnB

004/14

**Mudança Institucional via Institucionalização:
Proposta de um Modelo Analítico para Pesquisa no Setor
Público**

Luciana de Oliveira Miranda Gomes
Paulo Carlos Du Pin Calmon

**Centro de Estudos Avançados de Governo e de
Administração Pública - CEAG**

Brasília

2014



Universidade de Brasília

Reitor Ivan Marques de Toledo Camargo



**Centro de Estudos Avançados de Governo e
Administração Pública**

Coordenador: Paulo Carlos Du Pin Calmon

**Laboratório de Análise de Políticas Públicas do
CEAG (LAPP/CEAG)**

O Laboratório de Análise de Políticas Públicas do CEAG (LAPP/CEAG) é formado por professores e alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE/UnB), Instituto de Ciência Política (IPOL/UnB) e Faculdade de Tecnologia (FT/UnB). Seu objetivo é desenvolver atividades de pesquisa sobre temas relacionados à avaliação e análise de políticas econômicas e sociais. Com esse intuito o grupo apoia o desenvolvimento de pesquisas fundamentadas em diferentes abordagens metodológicas, estimula a elaboração de artigos, dissertações e teses, promove encontros acadêmicos e incentiva a participação de seus pesquisadores em eventos científicos no Brasil e no exterior.

Textos para Discussão (TD)

**Mudança Institucional via Institucionalização:
Proposta de um Modelo Analítico para Pesquisa no
Setor Público**

Luciana de Oliveira Miranda Gomes
Paulo Carlos Du Pin Calmon

Editor: Luiz Guilherme de Oliveira

Editor Executivo: Mauro G. M. Capelari

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos por pesquisadores do CEAG da Universidade de Brasília (UnB).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEAG/UnB.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.ceag.unb.br/ceag/public/biblioteca/index/tema/padrao/tipo/TD>

Mudança Institucional via Institucionalização: Proposta de um Modelo para Pesquisa no Setor Público

Luciana Miranda de Oliveira Gomes¹

Paulo Carlos du Pin Calmon²

2014

¹ Docente Universidade de Brasília e pesquisador do CEAG.

² Docente do Programa Pós-Graduação em Administração – PPGA/UnB e Coordenador do CEAG.

Mudança Institucional via Institucionalização: Proposta de um Modelo para Pesquisa no Setor Público

1. Introdução

Durante a década de 1980 observa-se a aplicação da teoria institucional com o intuito de explicar a homogeneidade organizacional dentro do campo de estudos das organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Embora esta tenha sido uma reconhecida contribuição aos estudos organizacionais, com o destaque à importância do ambiente nos quais as organizações estão inseridas, e a explicação do isomorfismo observado entre organizações sujeitas a pressões institucionais similares, estes estudos não foram capazes de efetivamente entender a mudança institucional. O conceito de instituição utilizado nesses estudos é extremamente amplo, podendo incluir regras formais (leis, normas e outros procedimentos regimentais) e informais relacionadas a códigos de conduta, hábitos e convenções em geral. Mas as instituições também podem ser vistas a partir dos atores que definem e defendem interesses. De qualquer modo, os neoinstitucionalistas tendem a enfatizar o caráter mais amplo de instituições se comparado ao das organizações (NORTH, 1991). Segundo estes autores, por instituições entendem-se as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são os constrangimentos que moldam a interação humana concebida pelos seres humanos (NORTH, 1991). Já Thelen e Steinmo (1992) destacam que as instituições devem ser compreendidas segundo duas funções principais: a de agentes e a de produtos da história. Isto porque elas dão forma e restringem a atuação dos atores políticos, mas também são resultados das estratégias conscientes ou involuntárias desenvolvidas pelos atores.

Os teóricos da vertente histórica do denominado neoinstitucionalismo observam os limites das explicações dadas pelo institucionalismo da escolha racional para o comportamento dos atores. Embora reconhecendo a ação estratégica de indivíduos e grupos, destacam a necessidade de uma análise histórica que apresente o contexto institucional em que preferências são moldadas e objetivos são privilegiados em detrimento de outros (THELEN; STEINMO, 1992). As preferências dos atores são construídas, portanto, de forma endógena, no contexto social e institucional em que as interações se estabelecem (MARQUES, 1997). As análises são feitas de forma indutiva, com formulação de proposições a partir da interpretação do material empírico (THELEN; STEINMO, 1992). Os levantamentos históricos mostram como resultados anteriores estabelecem parâmetros para eventos subsequentes (SKOCPOL, 1995). Um conceito destacado nos estudos dessa corrente é o de dependência de trajetória (*path-dependence*), relacionada à ideia de que acontecimentos do passado podem dar vazão a uma cadeia de determinações que influenciam as decisões políticas no presente (THELEN; STEINMO, 1992). Portanto, o neoinstitucionalismo histórico inclui, na definição de instituição, regras formais e informais e procedimentos que estruturam a conduta (THELEN; STEINMO, 1992). Para fins conceituais, admite-se a definição de instituição como o conjunto de regras formais, os mecanismos procedimentais que fazem as regras serem observadas, as práticas operacionais padronizadas que estruturam as relações entre os indivíduos. Essas instituições dão forma ao modo como os diferentes atores políticos definem seus interesses e metas e como estruturam as relações de poder de uns em relação aos outros, bem como a distribuição de recursos.

Sendo assim, o objetivo deste ensaio teórico é propor um modelo analítico alternativo para investigar diferentes processos de mudança institucional (MAHONEY; THELEN, 2010) através da institucionalização conduzida de distintas formas por atores institucionais (OLIVER, 1991, 1992); (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). As seções a seguir apresentam o tema mudança institucional e os tipos de institucionalização, assim como o papel dos atores institucionais neste processo. A seguir são apresentadas proposições iniciais geradas através do modelo analítico proposto, e uma agenda inicial de pesquisa futura.

2. Processos de Institucionalização

Thelen (2003) propõe uma teoria sistemática da mudança institucional, onde um dos seus aspectos mais importantes é a crítica do modelo do equilíbrio pontuado de mudança institucional. Este modelo, desenvolvido por True, Jones e Baumgartner (1999) parte da noção de que os processos de política pública se caracterizam por períodos de “equilíbrio” que são “pontuados” por períodos de mudança, quando um determinado tema ganharia espaço na agenda do governo e, portanto, deixaria de estar restrito às discussões e ingerências dos atores que pertencem exclusivamente a um subsistema. Desta forma, o modelo do equilíbrio pontuado preconiza a existência de momentos críticos, que interrompem a inércia institucional e provocam mudanças radicais. Esses momentos críticos seriam decorrentes, principalmente, de choques exógenos e, portanto, seriam gerados por processos cuja dinâmica é externa ao subsistema de políticas públicas específico. A proposta de que instituições são “dependentes da trajetória” (*path dependency*) e de que o processo de mudança institucional é decorrente de “momentos críticos” (*critical junctures*) alcançou grande aceitação e tornou-se, em grande medida, hegemônica na ampla maioria dos estudos conduzidos no âmbito do paradigma neoinstitucionalista, especialmente para os chamados neoinstitucionalistas históricos.

No entanto, ao longo dos anos, várias críticas surgiram a essa perspectiva de dinâmica institucional. Thelen (2003), por exemplo, sem rejeitar os conceitos de momentos críticos e de dependência da trajetória, argumenta que a maioria das formas de mudanças institucionais ocorre na ausência de momentos críticos e que, em muitos contextos, os mecanismos endógenos (internos) de mudança são mais influentes que os decorrentes de choques exógenos. Isso significa que, a fim de compreender a dinâmica institucional, os cientistas sociais deveriam prestar mais atenção a processos de mudança que ocorrem durante longos episódios de relativa estabilidade política ou organizacional (THELEN, 2003). Streeck e Thelen (2005) especificam esses processos de mudança, propondo uma taxonomia de processos incrementais e abruptos que resultam em continuidade ou não das instituições. O Quadro nº 1 abaixo descreve esses processos.

		RESULTADOS DA MUDANÇA	
		Continuidade	Descontinuidade
PROCESSOS DE MUDANÇA	Incremental	Reprodução por Adaptação	Transformação Gradual
	Abrupta	Sobrevivência e Retorno	Ruptura e Substituição

Fonte: Streeck e Thelen, 2005, p. 9 (tradução livre).

Quadro 1: Tipos de Mudança Institucional – Processos e Resultados

A tradição do modelo do equilíbrio pontuado é representada pela combinação de mudança abrupta com descontinuidade, resultando em ruptura e substituição. Mas, além disso, haveria três outros possíveis combinações de dinâmica institucional. Por exemplo, reprodução por adaptação seria resultado de mudanças incrementais com continuidade. Consiste em uma contribuição extremamente importante a possibilidade de ocorrência dos dois outros tipos de dinâmica institucional, não previstos adequadamente pelos demais autores. A primeira delas é a existência de mudanças incrementais que podem provocar transformações graduais nas instituições, gerando, segundo os citados autores, uma “transformação gradual”. Essa situação pode advir porque as mudanças nem sempre ocorrem

nas composições institucionais, mas suas intenções ou formatos de ação. A outra forma é a denominada mudança abrupta, mas cujo efeito seria de relativa conservação das instituições vigentes, através de estratégias de sobrevivência e retorno.

Neste aspecto, Thelen (2003) propõe uma investigação acerca de como instituições são renegociadas periodicamente e internamente, sem mudanças drásticas - também chamadas de “causas constantes” (THELEN, 2003, p. 213), apresentado na célula acima, à direita do Quadro 1. A referida autora utiliza dois conceitos: estratificação institucional (renegociação parcial de alguns elementos de um dado conjunto de instituições, deixando os outros no lugar) e conversão (quando as instituições já existentes são redirecionadas para novos fins, impulsionando as transformações no papel que eles desempenham ou a função elas servem) (THELEN, 2003, p. 226).

Como conceituar então esse tipo de mudança gradual dentro de um processo de continuidade? Thelen (2003) aponta dois passos para se tentar fazer isso. Primeiramente, ela traz explicações de agência em conjunto com as explicações de estrutura. De fato, conceito de agência tem papel primordial na teoria institucional. Agência pode ser conceituada como a capacidade de produzir efeito, ou interferir em eventos, não sendo a intencionalidade um pré-requisito. Ou seja, a agência incorpora ações intencionais, bem como as não intencionais. Conforme Giddens (2003, p. 10-11, grifo do autor e aspas no original):

“Agência” **não se refere às intenções** que as pessoas têm de fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar [...] diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido.

Thelen (2003), no entanto, salienta que os agentes não constroem soluções institucionais na forma que quiserem. Pelo contrário, os problemas que enfrentam e a sua percepção do que é possível é moldada pelos contornos da paisagem institucional e política em que elas estão localizadas. Thelen enfatiza, então, que esta condição constrange os agentes, proporcionando-lhes um cardápio de opções do que eles são obrigados a propor. A mudança, ao longo do tempo, nas condições descritas e onde os agentes agem, pode, além disso, remover a possibilidade de estratégias e metas que até pouco tempo eram muito favorecidas pelos atores.

Mas a relação agência *versus* estrutura na análise de Thelen (2003) não termina aí. Agentes e estrutura são separados e, normalmente, a constituição da estrutura precede a constituição do agente. A estrutura impõe restrição a certos tipos de ação, enquanto, ao mesmo tempo, permite outros tipos de ação. Fundamentalmente, para a citada autora, isso não determina necessariamente a forma pela qual os agentes vão agir, porque eles se envolvem em “política” com outros interessados ou atores concorrentes. As estratégias e o comprometimento que tal política alude, alteram, invariavelmente, os resultados obtidos a partir de que teria sido desejado por qualquer ator, individualmente.

Observa-se também o interesse de Thelen (2003) pela contingência no tratamento da relação estrutura e agência, onde ela ressalta o papel e faz deferência para com o poder da estrutura sobre o escopo das possibilidades de enfrentar atores. No entanto, uma vez que os atores criaram um novo arranjo, esta nova estrutura define claramente os interesses destes e os leques de possibilidades para a ação que os enfrenta. Mas este privilégio da estrutura sobre agentes independentes não é a única forma de conceber essa relação. Também é possível pensar os agentes e a estrutura sendo constituídos simultaneamente no processo de ação. Para fazer isso, é preciso entender se os imperativos impostos pelo projeto estrutural serão

ambíguos e os interesses e identidades dos atores serão mal definidos e plásticos, existindo num fluxo de trocas comunicativas entre atores rivais nas suas possibilidades de ação e os fins desejados (THELEN, 2003).

Streeck e Thelen (2005) delineiam cinco tipos de transformações institucionais graduais: deslocamento, acréscimo em camadas, deslizamento, conversão e exaustão. Para os autores, o deslocamento (*displacement*) é um conceito surgido por meio do ‘novo’ institucionalismo na sua corrente sociológica (STREECK e THELEN, 2005, p. 19), quando novos modelos emergem e se difundem, desafiando a existência de formas e práticas organizacionais já tomadas como certas. De fato, Streeck e Thelen (2005) destacam que estruturas institucionais pré-existentes em uma dada sociedade não são completamente coerentes, e assim suas configurações são vulneráveis à mudança através do deslocamento, visto que condicionamentos tradicionais são desacreditados e impelidos ao largo em favor de novas instituições e lógicas comportamentais associadas.

O tipo denominado acréscimo em camadas (*layering*) é considerado para Streeck e Thelen (2005) a mudança que põe em marcha caminhos que alteram uma dada dinâmica por meio de um mecanismo denominado crescimento diferenciado. Assim, os mencionados autores argumentam que a introdução de novos elementos desencadeia uma dinâmica que, ao longo do tempo, pode – ativamente – expulsar ou suplantear sistemas antigos, já que o domínio desse último progressivamente se retrai em relação aos primeiros. Para eles, a questão mais importante é saber em que medida a margem (ou sistemas novos) e o núcleo (ou sistemas antigos) poderão coexistir pacificamente, ou se a margem poderá atrair “desertores” suficientes do núcleo para eventualmente substituí-lo.

O conceito de deslizamento (*drift*) parte da constatação de que a constância institucional nunca é automática, apesar do termo “instituição” estar relacionado com a ideia de estabilidade e aderência (STREECK; THELEN, 2005). Thelen (2003) já comentava acerca da dificuldade da sobrevivência de instituições se estas permanecessem imóveis, ou ainda, que confiassem que sua reprodução fosse sempre uma simples questão de *feedback* positivo ou de retornos crescentes. Deste modo, segundo a autora, instituições requerem uma manutenção ativa. A fim de permanecer o que são, as instituições precisam ser repostas e reorientadas e, em alguns casos, ser reavaliadas e renegociadas, em resposta às mudanças no ambiente político e econômico nas quais elas estão incorporadas (STREECK; THELEN, 2005). Se esta manutenção é deliberadamente negada, a instituição pode não sobreviver.

Streeck e Thelen (2005) apontam a conversão (*conversion*) como uma forma de mudança institucional diferente dos denominados “acrécimos em camadas” e “deslizamento”. Neste tipo de mudança institucional, as instituições não são muito desfiguradas ou permitidas à decadência, já que são redirecionadas para novos objetivos, funções ou escopos. Este redirecionamento pode acontecer por meio de novos desafios ambientais, mudanças nas relações de poder e contestações políticas acerca das funções e propósitos que uma dada instituição deveria servir.

O último tipo de mudança institucional mediante transformações graduais descrito por Streeck e Thelen (2005) é a exaustão (*exhaustion*). Neste caso, os autores salientam que o processo em foco conduzirá necessariamente para a ruptura institucional, apesar de a falência ser descrita como gradual, e não abrupta. Os autores apresentam o conceito de exaustão institucional como um processo, no qual comportamentos evocados ou permitidos pelas regras existentes são cometidos para enfraquecê-las. O Quadro nº 2 sintetiza esses tipos de mudança institucional.

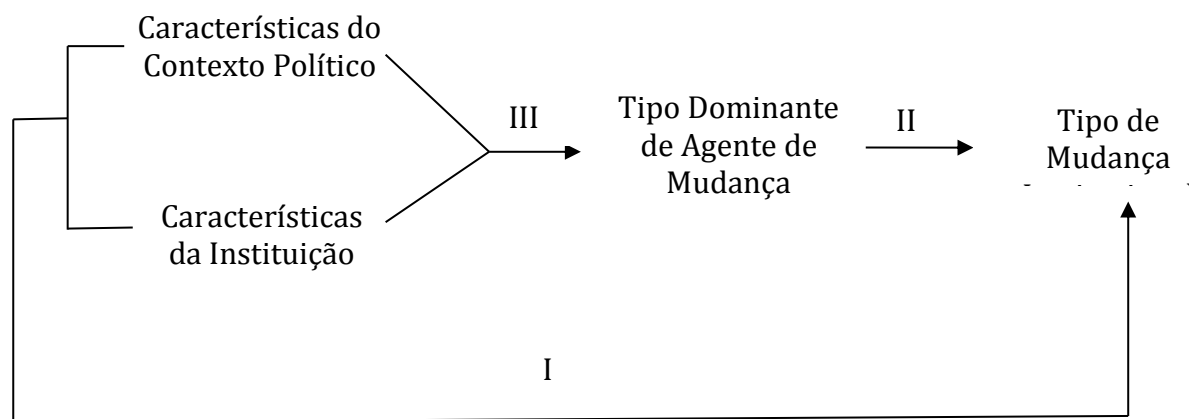
	DEFINIÇÃO	MECANISMO	PREPARAÇÃO
DESLOCAMENTO	Crescimento gradual de instituições previamente subordinadas.	Deserção	• Incoerência institucional abrindo espaço para comportamentos desviantes; • Produção ativa de uma nova “lógica” de ação dentro de uma configuração institucional existente; • Redescoberta e catalisação de recursos institucionais latentes; • “Invasão” e assimilação de práticas externas.
ACRÉSCIMO EM CAMADAS	Novos elementos agregados a instituições já existentes, que gradualmente alteram seu status e estrutura.	Crescimento diferenciado	• Crescimento rápido de novas instituições criadas à margem de antigas; • Nova margem se mantém através de um núcleo antigo; • Novas camadas institucionais desviam o apoio às antigas; • Uma “correção” presumida desestabilizando instituições existentes; • Compromisso entre a antiga e a nova instituição transforma-se lentamente em anulação da primeira.
DESLIZAMENTO	Negligenciamento determinado da manutenção de uma instituição	Negligência deliberada	• Mudança nos resultados institucionais afetados por uma (estratégica) adaptação descuidada das alterações circunstanciais; • Mudança na sanção de uma instituição, não através de reformas ou regras, mas sim através de regras que permanecem inalteradas face à evolução de condições externas.
CONVERSÃO	Readequação de antigas instituições a novos propósitos;	Redirecionamento, reinterpretção	• Lacunas entre regras e sua divulgação devido à falta de antevisão; ambiguidade intencional de regras

	novos propósitos ligados a antigas estruturas.		institucionais; reinterpretação de regras “por baixo”; mudança de condições contextuais e coalizões dando acesso para reimplantação de instituições.
EXAUSTÃO	Desmantelamento (ou decadência) gradual de instituições ao longo do tempo	Esgotamento	• O funcionamento normal de uma instituição compromete suas precondições externas; • Mudanças generalizadas modificam as relações custo-benefício; • Limites para o crescimento.

Fonte: Streeck e Thelen, 2005, p. 31 (tradução livre das definições, mecanismos e preparações).

Quadro 2: Mudança Institucional – Cinco Tipos de Transformação Gradual.

Em trabalho recente, Mahoney e Thelen (2010) apresentam um modelo básico para explicar diferentes formas de mudança institucional. O modelo em questão está apresentado na Figura nº 1.



Fonte: Mahoney e Thelen, 2010, p. 15 (tradução livre).

Figura 1: Estrutura Teórica para Explicar Formas de Mudança Institucional

A concepção teórica de Mahoney e Thelen (2010) afirma que ambas as características do contexto político e da instituição em questão conduzem a um tipo de mudança institucional esperada (relação “I”). Este fato acontece, ainda segundo os autores, por que a forma institucional e o contexto político influenciam o tipo dominante de agente de mudança (relação “III”) que irá surgir e desenvolver-se num contexto institucional específico (relação “II”).

Mahoney e Thelen (2010) propõem, ainda, a partir de reflexões anteriores (STREECK; THELEN, 2005; THELEN, 2003) uma teoria da mudança institucional gradual. A contribuição dos autores parte da crítica de que a maioria dos estudiosos da área tem concentrado suas pesquisas nas consequências de choques exógenos, que trazem algumas

reconfigurações institucionais básicas, e negligenciam mudanças que são baseadas em desenvolvimentos endógenos, que frequentemente se desdobram incrementalmente. A proposta dos autores esquematiza quatro tipos formais de mudança institucional gradual: deslocamento (*displacement*), acréscimo em camadas (*layering*), deslizamento (*drift*) e conversão (*conversion*). Cada tipo é definido por meio da ponderação acerca do ponto aonde a transformação institucional acontece. O entendimento desses diferentes tipos de mudança institucional, incluindo aí os papéis que defensores institucionais e de seus desafiantes desempenham, prepara o terreno para análise do *como* e do *porque* um tipo pode ocorrer com mais frequência que outro. Nota-se que a *exaustão*, discutida em Streeck e Thelen (2005), não está incluída nesta proposta. De fato, Mahoney e Thelen (2010) demonstram um progresso teórico a partir do trabalho de Streeck e Thelen (2005), com o arrefecimento das categorias e do relacionamento destas com o tipo de agentes, apresentado no Quadro nº 3 e discutido a seguir.

A teoria proposta também destaca os diferentes tipos de agentes de mudança, cujas estratégias diferenciadas (*insurrectionaries*, *sybionts*, *subversives* e *opportunists*) irão desenvolver-se em ambientes institucionais específicos (MAHONEY; THELEN, 2010). Segundo os autores, agentes insurgentes procuram deliberadamente eliminar instituições ou regras existentes, e agem para isso, de forma deliberada visível a todos. Já os agentes simbioses existem em duas variedades – parasitários e mutualísticos. Ambos agentes simbioses dependem (e prosperam) em instituições que não são de sua própria criação. Enquanto agentes simbioses parasitários exploram uma instituição com intuito de ganho próprio a despeito de atrapalhar a eficácia da instituição, as ações dos agentes simbioses mutualísticos não chegam a comprometer a eficiência das regras ou mesmo a sobrevivência da instituição. Isto porque estes últimos, segundo Mahoney e Thelen (2010), desobedecem ao caráter da regra a fim de apoiar e sustentar seu espírito, ao contrário dos parasitários, que exploram esse caráter enquanto transgridem seu espírito. Agentes denominados subversivos são aqueles que procuram substituir instituições, mas o fazem sem invalidar as regras da instituição em questão. Ao contrário, esses agentes dissimulam efetivamente a sua preferência pela mudança institucional seguindo expectativas institucionais e trabalhando dentro do sistema. Eles aguardam a sua vez, esperando o momento propício para que possam abertamente mover-se em direção a uma postura de oposição.

Finalmente, agentes oportunistas são aqueles que têm preferências ambíguas acerca da continuidade institucional – o Quadro nº 3 expõe essa característica de forma evidente. No entanto, já que se opor a uma instituição tem seu custo, eles também não tentam mudar as regras. A ação pretendida é tirar partido de todas as possibilidades que o sistema dominante para alcançar seus objetivos. Mahoney e Thelen (2010) demonstram as diferenças entre estes tipos de agente de mudança, por meio de duas questões básicas: (i) O ator busca preservar as regras institucionais existentes? E (ii) O ator cumpre as regras institucionais? O Quadro nº 3 exemplifica o comportamento dos tipos de atores. Os autores concluem que existe uma extensa agenda de pesquisa potencial, por meio de novos conceitos e suposições causais propostas.

	Procuram Preservar a Instituição	Seguem as Regras da Instituição
<i>Insurrectionaries</i> (insurgentes)	Não	Não
<i>Sybionts</i> (simbioses)	Sim	Não
<i>Subversives</i> (subversivos)	Não	Sim
<i>Opportunists</i> (oportunistas)	Sim/Não	Sim/Não

Fonte: Mahoney e Thelen, 2010, p. 23 (tradução livre).

Quadro 3: Tipos de Agente de Mudança

3. O Papel de Atores Institucionais

Esta seção irá apresentar e discutir o papel de atores na elaboração, transformação, manutenção e desmembramento de instituições. Para tanto, é introduzido o conceito de “*institutional work*” (ação institucional), com base no trabalho de Lawrence e Suddaby, pesquisadores canadenses que têm como foco de estudos *como as organizações e as instituições mudam*. O trabalho desses autores relaciona-se com a seção anterior porque permite um exercício de complementariedade com teoria da mudança institucional (MAHONEY; THELEN, 2010), assim como dos tipos de agente de mudança descritos no Quadro nº 3. A seção finaliza apontando possíveis análises e comparações acerca das contribuições de Mahoney e Thelen (2010) e Lawrence e Suddaby (2006).

Recentemente, estudos institucionais sobre a compreensão do papel dos atores na elaboração, transformação e manutenção de instituições (OLIVER, 1991, 1992; LAWRENCE; SUDDABY, 2006; MAHONEY; THELEN, 2010); vêm ganhando destaque na literatura. No entanto, o papel dos atores na criação de novas instituições, foi examinado em primeiro lugar no âmbito do *empreendedorismo institucional* por DiMaggio (1988). O referido autor chamou atenção para a importância da retomada dos conceitos de poder e interesse tendo em vista a compreensão das instituições, sobretudo no que se refere à transformação e à criação de novas instituições. A partir desse marco, pesquisas sobre a mudança institucional, provocadas pela atividade de empreendedores institucionais surgiram (LECA; BATTILANA; BOXENBAUM, 2008).

Segundo Lawrence e Suddaby (2006, p. 215), o conceito de *empreendedorismo institucional* é importante porque chama a atenção para três grupos de estudos. No primeiro, atores interessados agem para influenciar contextos institucionais, através, por exemplo, de estratégias acerca de liderança tecnológica e de mercado, campanhas para mudanças na regulação e ações discursivas. Outro grupo de estudos dentro da pesquisa institucional que se destaca, conforme os citados autores, são os papéis dos atores na transformação de instituições pré-existentes. De fato, os autores destacam o registro das habilidades de atores organizacionais, particularmente aqueles que detêm recursos estratégicos ou outras formas de poder, em ter um impacto significativo na transformação das instituições. Um terceiro grupo de estudos lembrado por Lawrence e Suddaby (2006) é o que analisa o papel dos atores em manter instituições. Apesar da argumentação clássica de que instituições são de natureza duradoura (MEYER; ROWAN, 1991), as instituições dependem da ação de indivíduos e de organizações para sua reprodução ao longo do tempo (BERGER; LUCKMANN, 2004).

De fato, a intenção de Lawrence e Suddaby (2006) ao chamar a atenção sobre pesquisas acerca do papel de atores, é propor o conceito de “*institutional work*” (ação institucional)³ para descrever a ação intencional de indivíduos e organizações com o objetivo de criar, manter e desfazer instituições. Segundo os autores, apesar do aporte de outros pesquisadores, a contribuição de DiMaggio (1988) e Oliver (1991, 1992) são uns dos componentes teóricos fundamentais que sinalizarão a mudança do interesse de pesquisadores institucionalistas para o impacto de atores individuais e coletivos sobre instituições que regulam os campos nos quais eles atuam. O outro é inspirado nos estudos da sociologia da prática, que enfoca a ação localizada de indivíduos e grupos e como eles lidam e tentam reagir às demandas do dia a dia (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Lawrence e Suddaby (2006) sugerem uma abordagem para o estudo e entendimento da ação institucional com três elementos-chave: o conhecimento, habilidade e flexibilidade de atores individuais e coletivos; a ação mais ou menos consciente destes atores; e o conjunto de

práticas através das quais os atores criam, mantêm e desfazem instituições. A partir de uma extensa revisão de literatura, os referidos autores apresentam conjuntos distintos de práticas por meio das quais atores encarregam-se em ações que resultam na criação, manutenção e desmantelamento de instituições.

Ações de criação refletem três grandes categorias de atividades: a ação política notória, em que atores reconstroem regras, direitos de propriedade e limites que definem o acesso a recursos materiais; ações que dão ênfase à reconfiguração do sistema de crenças dos atores; e ações concebidas para alterar categorizações abstratas nas quais os limites dos sistemas de significado são alterados. O Quadro nº 4 apresenta estas formas de ação institucional associadas à criação de instituições. Já que o conceito de ação institucional destaca o esforço e as práticas engenhosas dos atores, Lawrence e Suddaby (2006) enumeram algumas sugestões para a investigação acerca da criação de instituições por estes. A primeira diz respeito à habilidade de estabelecer regras e construir recompensas e sanções que consagram estas regras. Segundo os autores, somente alguns atores em um dado campo de análise terão essa habilidade vinculada a sua posição; em algumas situações, esse papel é restrito ao Estado ou a um representante deste, tal como um órgão profissional. Outra sugestão de investigação é a ação institucional que foca na mudança de normas e sistemas de crenças, associada, segundo Lawrence e Suddaby (2006), à criação de normas, práticas e tecnologias institucionalizadas que emparelham ou complementam instituições já existentes. De acordo com esses autores, este tipo de ação normativa apoia-se sobre a força cultural e moral, as quais são incorporadas em práticas comunitárias. Finalmente, a terceira proposta de pesquisa concerne à mudança de significado de categorias abstratas e irá se preocupar tanto com atores bem estruturados no campo de análise quanto com aqueles isolados e periféricos, mas com grande potencial de empreendimento para a ação institucional.

FORMAS DE AÇÃO INSTITUCIONAL	DEFINIÇÃO
Advocacia	Mobilização de apoio político e regulatório por meio de técnicas deliberadas e diretas de persuasão social.
Determinação	Construção de sistemas de regras que conferem <i>status</i> ou identidade, definição de limites de adesão ou criação de uma hierarquia de <i>status</i> dentro de uma área de atuação.
Aquisição	Criação de uma estrutura de regras que confere direitos de propriedade.
Construção de identidades	Definição do relacionamento entre um ator e a área de atuação onde esse ator age.
Mudança de associações normativas	Reconstrução das conexões entre conjunto de práticas e as fundações morais e culturais destas práticas.
Construção de redes normativas	Construções de conexões inter-organizacionais mediante as quais práticas se tornam sancionadas normativamente, formando grupos equiparados em respeito à execução, monitoramento e avaliação.
Mimetismo	Associação de novas práticas com conjuntos de práticas, tecnologias e regras já existentes com o objetivo de facilitar a sua adoção.
Teorização	Desenvolvimento e especificação de categorias abstratas e elaboração de cadeias de causa e efeito.

Aperfeiçoamento	Educação de atores em habilidades e conhecimento necessários para apoiar a nova instituição.
-----------------	--

Fonte: Lawrence e Suddaby, 2006, p. 221 (tradução livre).

Quadro 4: Criação de Instituições

A questão acerca da manutenção de instituições por atores – individuais e coletivos – em áreas de atuação organizacional recebeu, segundo Lawrence e Suddaby (2006), significadamente menos atenção acerca de sua criação do que a descrita acima. Comumente, ações institucionais que têm como objetivo a manutenção de instituições implicam em apoio, reparação ou recriação de mecanismos sociais que garantam a sua efetivação. Os autores identificam seis tipos de ações institucionais dedicadas à manutenção de instituições. Esses seis tipos são divididos em dois conjuntos de categorias que, visam, primeiramente, à manutenção de instituições por meio da garantia de aderência ao sistema de valores, e, em segundo lugar, através da reprodução de normas existentes e sistemas de crenças. O Quadro nº 05 apresenta estas formas de manutenção de instituições.

Lawrence e Suddaby (2006, p. 234) destacam a importância de estudar as maneiras pelas quais instituições se reproduzem (e se mantêm). Os autores inclusive ressaltam que, talvez, esta seja uma pergunta mais importante para a pesquisa institucional do que aquela sobre a criação de instituições. Estratégias de investigação são então listadas:

- uma série de ações institucionais utilizadas para manutenção de instituições pode ser ordenada em um *continuum* de “compreensibilidade”: a ação utilizada para manter sistemas de regras (habilitação, policiamento e dissuasão) destaca-se pelo alto grau de entendimento; e, no outro lado do espectro, a manutenção de instituições mediante a reprodução de normas e sistemas de crenças (valorização e demonização, mitologização, e incorporação e rotinização) é geralmente menos compreensível; e
- a manutenção de instituições deve ser distinguida da simples estabilidade ou ausência de mudança, uma vez que a ação institucional que mantém instituições envolve um considerável esforço e frequentemente ocorre como uma consequência de uma mudança da organização ou do seu ambiente.

Dessa forma, os autores argumentam que, para investigar como instituições se mantêm, é necessário focar no entendimento de como os atores estão aptos a agir, para efeito de persistência e estabilidade, num contexto de sublevação e mudança.

FORMAS DE AÇÃO INSTITUCIONAL	DEFINIÇÃO
Habilitação para a ação	Criação de regras que facilitam, completam e apoiam instituições.
Policiamento	Garantia do seu cumprimento por meio de implementação, auditoria e acompanhamento.
Dissuasão	Estabelecimento de barreiras coercitivas para a mudança institucional.
Valorização e Demonização	Provisão para o consumo público exemplos positivos e negativos que ilustram o fundamento normativo de uma instituição.
Mitologização	Preservação das normas subjacentes de uma instituição por meio da criação e acolhimento de mitos a respeito de sua história.

Incorporação e rotinização	Imposição ativa dos fundamentos normativos de uma instituição no dia a dia da rotina de seus participantes e das práticas organizacionais.
----------------------------	--

Fonte: Lawrence e Suddaby, 2006, p. 230 (tradução livre)

Quadro 5: Manutenção de Instituições

A ação institucional que tem como objetivo *desfazer instituições* opera para afrontar ou para debilitar os mecanismos que conduzem os membros a corresponder a elas. Lawrence e Suddaby (2006) destacam que a investigação da ação institucional com objetivo de desfazer instituições é infrequente na literatura. No Quadro nº 06 são apresentadas, então, as formas de ação institucional que têm como objetivo desfazer (ou desmembrar) instituições, segundo os citados autores. Estes apontam que esses estudos focam fundamentalmente no relacionamento entre uma instituição e os controles sociais que o perpetuam, ou seja, as formas de ação institucional descritas no Quadro nº 06 diminuem, de alguma forma, o impacto desses controles sociais sobre a não conformidade de atores individuais e coletivos. Além disso, Lawrence e Suddaby (2006) afirmam que este grupo de categorias somente descreve um pequeno subconjunto de estratégias potenciais disponíveis para atores, tanto individuais quanto coletivos, com a intenção de desfazer instituições.

FORMAS DE AÇÃO INSTITUCIONAL	DEFINIÇÃO
Desconexão de sanções	Atuação, por meio do aparato situacional, para desconexão de recompensas e sanções de alguns conjuntos de práticas, tecnologias e regras.
Dissociação de fundamentos morais	Dissociação da prática, regra ou tecnologia do seu fundamento moral, como apropriado somente aos limites de um contexto cultural específico.
Enfraquecimento de pressupostos e crenças	Diminuição da percepção dos riscos de inovação e diferenciação pelo enfraquecimento do cerne de pressupostos e crenças.

Fonte: Lawrence e Suddaby, 2006, p. 235 (tradução livre)

Quadro 6: Desmembramento de Instituições

No entanto, Lawrence e Suddaby (2006) observam dois possíveis caminhos para investigação desse tipo de ação institucional: a influência relativa de pressões institucionais sobre diferentes tipos de atores; e as atividades que esses atores comprometem-se para desfazer estruturas institucionalizadas. No primeiro, os autores asseguram que pressões institucionais são menos “totalizantes” do que a literatura afirma para alguns atores e em alguns contextos. Por exemplo, a habilidade de desconectar recompensas e sanções de comportamentos é mais diretamente associada ao Estado e ao Judiciário, assim como àquelas profissões e elites que detêm recursos intelectuais e financeiros para se proteger da capacidade do Estado e do Judiciário de desprivilegiá-los de alguma forma. Ou seja, essa questão sugere um caminho de investigação acerca do *por que* e *como* esses atores ganham essa imunidade.

Na segunda observação, Lawrence e Suddaby (2006) comentam que as atividades que estes atores se empenham para desfazer estruturas institucionalizadas são, em grande parte, discursivas, e relacionadas aos contornos da ação institucional. Esses limites, segundo os autores, podem ser sociais ou simbólicos. Limites sociais referem-se a demarcações econômicas, físicas e políticas. Limites simbólicos incluem contornos morais,

socioeconômicos e culturais. De acordo com Lawrence e Suddaby (2006), atores individuais e coletivos desfazem instituições por meio da redefinição, recategorização, reconfiguração, abstração, problematização e, geralmente, manipulando os limites sociais e simbólicos que constituem estas instituições.

Observa-se então, na taxonomia das ações institucionais elaboradas por Lawrence e Suddaby (2006), considerável potencial para contribuir com o desenvolvimento da pesquisa institucional. Os autores sugerem, inclusive, possíveis linhas de investigação, como, por exemplo, a análise do conceito de difusão. Para os autores, a ideia de difusão é central na teoria institucional. Nas palavras deles:

O padrão de eventos e relações que definem o processo de institucionalização envolve primeiro um objeto a ser reconhecido, então é aceito por relativamente poucos atores, e depois amplamente difundido e aceito dentro de um campo [...]. O que essas discussões de difusão tendem a encobrir, no entanto, é o trabalho prático e criativo necessário para fazer a difusão acontecer: as organizações raramente assumem por inteiro as estruturas e práticas de outras organizações, sem conflitos e sem esforço. Pelo contrário, a difusão da inovação ao longo de um campo envolve o trabalho institucional considerável por parte dos atores organizacionais, que têm de persuadir outros em suas organizações do mérito da inovação, ensaiar a inovação em um esforço para compreendê-la e como ela pode se aplicar a sua própria situação, modificá-la para ganhar legitimidade interna e estabelecer conexões concretas para a nova estrutura ou prática (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 247 – tradução livre).

Em outro artigo, Lawrence, Suddaby e Leca (2011) chamam a atenção para uma questão esquecida ao longo do desenvolvimento da teoria institucional: a experiência vivida de atores organizacionais, especialmente a conexão entre essa experiência vivida e as instituições que estruturam e são estruturadas por ela. De fato, os autores buscam salientar o ponto onde a ação institucional se afasta das preocupações tradicionais do enfoque institucional. Este ponto está na rejeição, na perspectiva da ação institucional, da noção de que somente atividades de interesse estão associadas com instâncias de mudança institucional “bem sucedidas”. Lawrence *et al.* (2011) destacam, então, as equivocadas atividades rotineiras e inumeráveis que:

[...] embora destinada a atentar contra a ordem institucional, representam uma mistura complexa de formas de agência – exitosas ou não, ao mesmo tempo radical e conservadora, estratégicas e emocionais, cheia de compromissos, e cheia de consequências inesperadas (LAWRENCE *et al.*, 2011, p. 52 – tradução livre).

Assim, os autores apontam como ponto de partida para o estudo da ação institucional a análise da ação, ou seja, os esforços de atores individuais e coletivos para afrontar, escoltar, amparar, demolir, mover, modificar ou criar novamente as estruturas institucionais em que vivem, trabalham e se divertem, e que lhes oferecem seus papéis, relações, recursos e rotinas.

Em resumo, o conceito de ação institucional estimula pesquisadores a adotar diferentes pontos de vista, por meio da mudança do olhar de larga escala acerca das transformações sociais, para o relacionamento entre instituições e os indivíduos que as difundem. A perspectiva da ação institucional ressalta, assim, mais a prática e o processo do que as consequências, ou seja, pergunta *por que* e *como* e não necessariamente *o quê* e *quando*.

As discussões apresentadas até agora assinalam abordagens acerca de mudanças institucionais graduais que valorizam as relações entre atores e os campos nos quais estes atuam, destacando em particular o papel das estruturas racionais formais e o papel do

comportamento destes atores. De fato, uma contribuição fundamental destas abordagens tem sido o desenvolvimento das análises das influências dos processos mediante os quais as instituições – supostamente – governam uma dada ação nas organizações. Desta forma, o objetivo até aqui foi discutir um diferente ponto de vista em contraponto aos tradicionais estudos institucionais de organizações. Percebe-se que o conceito de ação institucional – “*institutional work*” – apresentado por Lawrence e Suddaby (2006), os cinco tipos de transformações institucionais graduais (STREECK; THELEN, 2005) e a teoria da mudança institucional gradual (MAHONEY; THELEN, 2010) demonstra uma significativa reorientação da teoria institucional, já que valorizam o papel ativo dos atores – individuais e coletivos – na criação, manutenção e o desmembramento de instituições.

Examinando os modelos de mudança institucional de Lawrence e Suddaby (2006), Streeck e Thelen (2005) e Mahoney e Thelen (2010), discutidos acima, percebem-se pontos críticos que merecem ser mais bem analisados. Lawrence e Suddaby (2006) avançam em relação ao modelo proposto por Oliver (1991, 1992), incluindo novas categorias. No entanto, também não estabelecem possíveis relações causais entre as ações institucionais descritas e o contexto de onde elas poderiam surgir. Por outro lado, Streeck e Thelen (2005) e Mahoney e Thelen (2010) desenvolvem um modelo (Figura nº 1) onde a relação de causalidade é especificada, porém, os autores só consideram o contexto político, e não o social e funcional. Também não levam em consideração as ações estratégicas de atores (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

A proposta de investigação que então se apresenta é pesquisar a conduta dos principais atores responsáveis frente às possíveis ações de criação, desenvolvimento e desmantelamento de instituições. Para tanto, como sintetizado na Figura nº 2, sugere-se a inserção (na cor vermelha), no modelo original proposto por Mahoney e Thelen (2010) e apresentado na Figura nº 1, das contribuições conceituais de Lawrence e Suddaby (2006). A Figura nº 2 expõe essa sugestão de estrutura teórica. Propõem-se essas inserções em consequência das limitações que o modelo de Mahoney e Thelen (2010) apresenta, descritas anteriormente.

Observa-se na Figura nº 2 uma seta, em vermelho, de características bidirecionais. Esta seta bidirecional relaciona o tipo dominante de agente de mudança (MAHONEY; THELEN, 2010) e as formas de ação institucional destes agentes (LAWRENCE; SUDABBY, 2006) explica-se pela possibilidade de detalhar que ações institucionais os tipos de agentes descritos por Mahoney e Thelen (2010, p. 23) podem exercer. Em outras palavras, auxilia a entender mais especificamente quem está fazendo o quê.

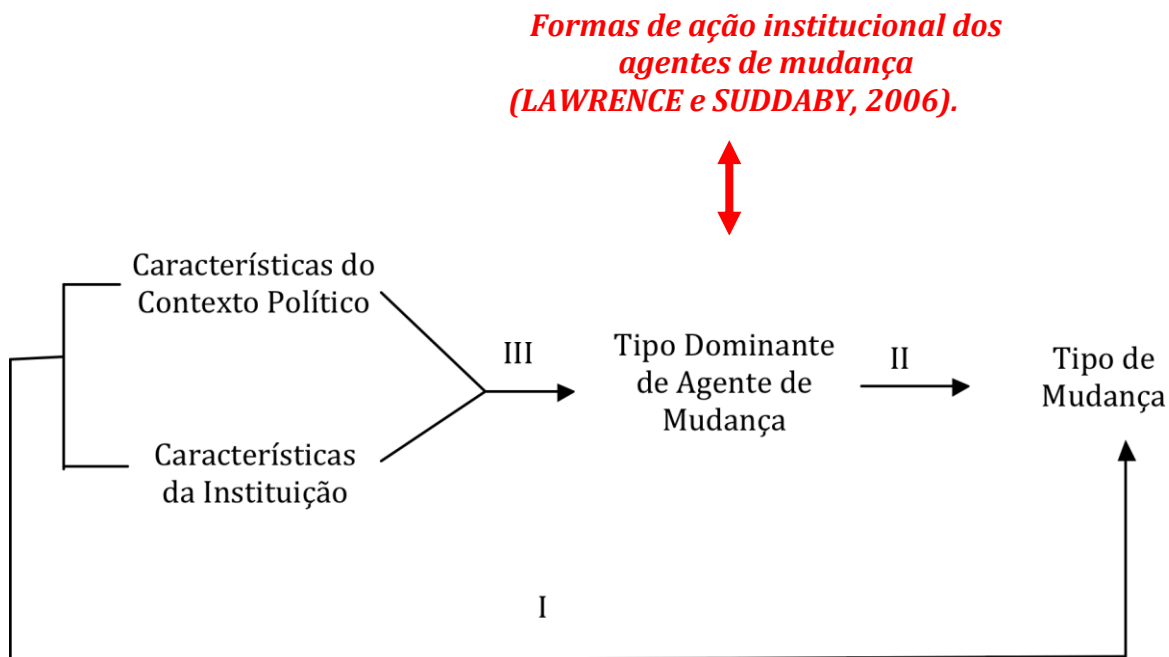


Figura 2: Modelo Analítico Proposto

O objetivo do esforço de concepção de um modelo analítico aperfeiçoado, agregando a contribuição de Lawrence e Suddaby (2006) ao modelo de Mahoney e Thelen (2010), foi a aproximação mais fidedigna de como a realidade se apresenta nesta dinâmica e, dessa forma, poder responder como ocorrem os processos e os mecanismos de mudança institucional (MAHONEY; THELEN, 2010) na institucionalização – criação, manutenção ou desmembramento (LAWRENCE; SUDDABY, 2006) – de, por exemplo, um dado setor, área, agência ou empresa pública? As respostas a essas perguntas trarão contribuição às teorias de mudança institucional, e especificamente, ao papel desempenhado por atores, por meio de processos e mecanismos utilizados, por estes, na criação, manutenção e desmembramento de instituições. Assim, propõe-se essa inserção em consequência das limitações que o modelo de Mahoney & Thelen (2010) apresenta e debatidas anteriormente.

4. Possíveis Proposições a Partir do Modelo Analítico Proposto

É possível um exercício de possíveis proposições a partir do modelo analítico proposto, e através da afinidade entre tipos particulares de atores e formas de mudança descritos. Por exemplo, agentes denominados *insurgentes* procuram um *deslocamento* rápido, mas poderão concordar com uma ação gradual do mesmo. Para isso, podem lançar mão de táticas da ação institucional designada como *desmembramento* de instituições, já que trabalham contra o status quo, atacando diretamente e ameaçando destruí-lo. Se forem bem sucedidos, os arranjos pré-existentes são substituídos inteiramente por novos.

Já agentes *simbiontes* procuram preservar o status quo institucional formalizado, através da *manutenção* de instituições, mas poderão conduzir ações que resultariam em *desmembramento*, já que podem executar atividades que acabam minando arranjos do **status quo**, mesmo que dependam destes arranjos para sua própria sobrevivência, ou seja, quando a mudança é via *deslizamento*. No entanto, estes mesmos agentes podem sobreviver em longo prazo se o seu sistema “anfitrião” fornece um ambiente que absorva seus comportamentos

degenerativos sem entrar em colapso ou eliminá-los completamente, através de ações institucionais típicas de *manutenção* de instituições.

Agentes denominados *subversivos* são, frequentemente, inovadores que procuram transformar o **status quo** sem derrubar regras e as estruturas existentes, utilizando, para isso, a ação institucional *criação*, para tanto. Eles podem atuar tanto através do *deslocamento*, mas frequentemente trabalham a curto prazo através do tipo de mudança denominado *acréscimo em camadas*. Neste segundo tipo de mudança, estes agentes trabalham – discretamente – contra o **status quo**, mas sem jamais quebrarem as regras já instituídas.

Finalmente, com o tipo de mudança gradual denominado *conversão*, agentes de mudança conhecidos *oportunistas* podem, lentamente, mudar instituições alterando a forma como elas são aprovadas e realizadas na prática (embora as regras formais permaneçam as mesmas). Para isso, podem praticar as táticas da ação institucional designada como *manutenção*. Porém, como foi apontado no Quadro 3, estes agentes de mudança tem conduta dúbia tanto em relação a preservação quanto a obediência das regras de uma dada instituição. Desta forma, é aceitável também sugerir que estes agentes poderão atuar através tanto da ação institucional denominada *criação* quanto o *desmembramento* de instituições.

Além destas proposições teóricas iniciais, o modelo analítico proposto pode ser utilizado no estudo do setor público no Brasil a partir da análise das características do contexto político e da instituição em questão, que irão conduzir, segundo os autores utilizados na Figura 2, a um tipo de mudança institucional esperada. Por exemplo, pode-se refletir como organizações públicas reagem à proposta de mudança institucional, quais os mecanismos subjacentes e, especialmente, qual o papel dos atores (LAWRENCE; SUDDABY, 2006) neste processo. As mudanças institucionais das políticas públicas ao longo do processo de redemocratização política no país também são possíveis itens de uma futura agenda de pesquisa. Outra investigação sugerida é a análise dos fatores que precipitam um processo de mudança institucional na administração pública. Nesta dada situação, as perguntas iniciais seriam: qual é a conduta dos agentes de mudança identificados no processo em questão? Esta conduta levou a que tipo de mudança institucional? As proposições acima apresentadas, podem de fato, serem confirmadas? Ou não?

5. Referências Bibliográficas

- BERGER, P. L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- DIMAGGIO, P. J. & POWELL, *The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. **American Sociological Review**, v.48, n. 2, pp. 147-60, 1983.
- DIMAGGIO, P. J. *Interest and Agency in Institutional Theory*. In L. G. ZUCKER (Ed.), **Institutional Patterns and Organizations: Culture and Environment**: pp. 3-20. Cambridge, MA: Ballinger, 1988.
- GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LAWRENCE, T., R. SUDDABY & B. LECA. *Institutional Work: Refocusing Institutional Studies of Organization*. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 1, pp. 52-58, 2011.
- LAWRENCE, T. & R. SUDDABY. *Institutions and Institutional Work*. In: S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, & W. R. Nord (Eds.) **Handbook of organization studies**, 2nd Edition: pp. 215-254. London: Sage, 2006.
- LECA, B.; BATTILANA, J.; BOXENBAUM, E.; **Agency and Institutions: A Review of Institutional Entrepreneurship**, 2008. Disponível em: www.hbs.edu/research/pdf/08-096.pdf. Acesso em 16/05/2011.

MAHONEY, J. & THELEN, K. *A Theory of Gradual Institutional Change*. IN: MAHONEY, J. & THELEN, K (Eds): **Explaining Institutional Change - Ambiguity, Agency and Power**. New York: Cambridge University Press, 2010, pp. 1-37.

MARQUES, E. C. *Notas críticas à literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos*. BIB, Rio de Janeiro, v. 43, pp. 67-102, 1997.

NORTH, D. *Institutions*. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1. (Winter), pp. 97-112, 1991. Recuperado em 20 de abril 2012 de <http://links.jstor.org/sici?sici=0895-3099%28199124%295%3A1%3C97%3AI%3E2.0.CO%3B2-W>.

OLIVER, C. *Strategic Responses to Institutional Processes*. **Academy of Management Review**, v.16, n.1, pp. 145-179, 1991.

_____. *The Antecedents of deinstitutionalization*. **Organization Studies**, v.13, n.4, pp. 563-588, 1992.

SKOCPOL, T. *Why I am an Historical Institutional*. **Polity**, v. 28, pp. 103-106, 1995.

STREECK, W.; THELEN, K. *Introduction: Institutional Change in Advanced Political Economics*. In: STREECK, W.; THELEN, K. (Eds). **Beyond Continuity – Institutional Change in Advanced Political Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2005, pp. 1-39.

THELEN, K. *How Institutionalism Evolves: Insights from Comparative Historical Analysis*. In: J. MAHONEY and J. RUESCHEMEYER, (Eds). **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. New York: Cambridge University Press, 2003, pp. 208-240.

THELEN, K.; STEINMO, S. *Historical institutionalism in comparative politics*. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (orgs.) **Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis**. New York: Cambridge University, 1992, pp. 01-32.

TRUE, J. L., JONES, B. D., & BAUMGARTNER, F. R. *Punctuated-equilibrium theory*. In: P.A. SABATIER (Ed.): **Theories of the Policy Process**.